



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI Nº 1853/2020

DISPÕE SOBRE A VISITA HOSPITALAR VIRTUAL, ATRAVÉS DE VÍDEO-CHAMADA, DE FAMILIARES AOS PACIENTES QUE ESTEJAM INTERNADOS EM HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS NO ESTADO DA PARAÍBA COM DIAGNÓSTICO DO NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA.

Parecer pela constitucionalidade – No que se refere à constitucionalidade da proposta, não há qualquer ofensa de cunho material ou formal à Constituição Federal e Constituição Estadual. O projeto visa humanizar a situação de pacientes diagnosticados com COVID-19 e que devido a doença ficam isolados, sem ter notícias de seus familiares, ou de poder vê-los. Muitos desses pacientes passam dias totalmente sozinhos, sem ter direito a visitas, fato este que vem sendo uma triste realidade em nosso país. Desta forma, o projeto não deixa de ter cunho social e de proteção à saúde mental desses familiares e dos pacientes, não possuindo qualquer impedimento para seu prosseguimento.

Na Câmara dos Deputados tramita matéria semelhante, qual seja PLO 2136/2020.

AUTOR (A): Dep. JEOVÁ CAMPOS

RELATOR (A): Dep. TACIANO DINIZ

P A R E C E R -- Nº 251 /2020

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e elaboração de parecer técnico o **Projeto de Lei nº 1853/2020**, da lavra do ilustre **Deputado Jeová Campos**, o qual “*DISPÕE SOBRE A VISITA HOSPITALAR VIRTUAL, ATRAVÉS DE VÍDEO-CHAMADA, DE FAMILIARES AOS PACIENTES QUE ESTEJAM INTERNADOS EM HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS NO ESTADO DA PARAÍBA COM DIAGNÓSTICO DO NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*”.

Instrução processual em termos.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei tem por objetivo assegurar que pacientes internados na rede pública ou privada hospitalar do Estado da Paraíba com diagnóstico de COVID-19, seja em UTI'S, enfermarias ou apartamentos, tenham direito a visita hospitalar virtual através de vídeo-chamada por qualquer aplicativo de celular com seus familiares. Para tal, deverão ser aplicados os protocolos sanitários de segurança visando à implantação da visita virtual.

A referida visita será feita diariamente, com horários estabelecidos por cada unidade hospitalar, e a realização da vídeo chamada terá duração máxima de 10 (dez) minutos, sendo feita por profissional de saúde onde o paciente esteja internado. Deverão ser utilizados para a realização da visita hospitalar virtual através de vídeo chamadas, aparelhos celulares fornecidos pelos pacientes ou por seus familiares, objetivando garantir a comunicação entre eles.

Em obediência aos trâmites do processo legislativo, a matéria fora distribuída a esta comissão permanente, a qual é encarregada da análise dos aspectos jurídico-constitucionais das proposições.

Pois bem. Verifica-se que a matéria versada no projeto em análise **encontra-se inserida entre as competências comuns** entre os Estados e a União, nos termos do art. 23, II da Constituição Federal, o qual preceitua:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II – cuidar da saúde e assistência pública;

Outrossim, o art. 24, XII da CF diz que é competência concorrente da União, Estados e DF legislar sobre proteção e defesa da saúde.

Pois bem. O projeto visa humanizar a situação de pacientes



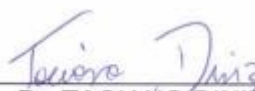
ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

diagnosticados com COVID-19 e que devido a doença ficam isolados, sem ter notícias de seus familiares, ou de poder vê-los. Muitos desses pacientes passam dias totalmente sozinhos, sem ter direito a visitas, fato este que vem sendo uma triste realidade em nosso país. Desta forma, o projeto não deixa de ter cunho social e de proteção à saúde mental desses familiares e dos pacientes, não possuindo qualquer impedimento para seu prosseguimento.

Nestas condições, opino, seguramente, pela **constitucionalidade** do **Projeto de Lei nº 1853/2020**, face às razões acima apresentadas.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13 de julho de 2020.



Dr. TACIANO DINIZ
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina por unanimidade pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 1853/2020, nos termos do voto da relatoria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 2020


DEP. POLLYANNA DUTRA
Presidente


DEP. CAMILA TOSCANO
Membro


DEP. EDMILSON SOARES
Membro

DEP. FELIPE LEITÃO
Membro


DEP. TACIANO DINIZ
Membro


DEP. RICARDO BARBOSA
Membro


DEP. TOVAR CORREIA
Membro